

## DO LOUVOR E CENSURA À RESPONSABILIDADE MORAL NA ÉTICA A NICÔMACO

MARCOS BRIZOLA<sup>1</sup>;  
JOÃO HOBUSS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – marcosvrb1994@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Questões sobre liberdade, determinismo e responsabilidade moral aparecerem formuladas de certa forma já em alguns diálogos platônicos, tomemos como exemplo o *Mito de Er* exposto no último livro da *República* de Platão: neste mito é relatado o “processo” pelo qual as almas passariam até o momento em que escolheriam seus futuros destinos e assim se tornariam majoritariamente responsáveis por eles.<sup>1</sup>

Mas assim como em outros tantos temas anteriormente levantados pelo mestre da Academia, Aristóteles é o primeiro a buscar responder de uma forma sistemática esses questionamentos que se mantiveram presentes ao longo de toda a história da filosofia.

O núcleo da teoria da ação do Estagirita se encontra na obra *Ética a Nicômaco*, e o tema que trata o presente texto está no livro III, capítulos 1-5 desta obra. Nesse texto, Aristóteles aborda de maneira mais acurada as questões que hoje definimos como *responsabilidade moral*, ainda que em variadas obras seja possível encontrar aspectos referentes ao assunto<sup>2</sup>.

No entanto, não está suficientemente encerrada a questão sobre qual teria sido a principal intenção do autor na referida passagem. À medida que vai se delineando a pesquisa sobre o presente livro podem-se encontrar as seis prováveis intenções de Aristóteles ao comentar sobre as diferentes categorias de ações: São elas: 1- prover as noções requeridas para a discussão dos indivíduos, vícios e virtudes; 2- Mostrar que louvor e censura são justificados por serem nobres ou vis em nossas ações ou em nossas viciosas ou virtuosas disposições de caráter, pois elas são voluntárias; 3- “Capturar” a condição causal de louvor e censura; 4- Discutir a ação intencional; 5- Discutir a causa eficiente da ação; 6- Discutir a visão socrática que ninguém é voluntariamente mau.

No presente trabalho, discorreremos acerca de uma das intenções de Aristóteles, a saber: mostrar que louvor e censura são justificados por serem nobres ou vis em nossas ações ou em nossas disposições de caráter, sendo elas virtuosas ou viciosas, pois tanto esta quanto aquela são adquiridas de modo voluntário.

### 2. METODOLOGIA

Pretende-se apresentar alguns conceitos-chaves envolvidos na noção de *responsabilidade moral*, principalmente a partir do Livro 3, 1-5 da *Ética a Nicômaco*. Nesse sentido, a análise principal, mas não exclusivamente, sobre a

<sup>1</sup> “The responsibility lies with the one who makes the choice; the god has none.” Platão 617e

<sup>2</sup>, vide: BONDENSON, WILLIAM, Aristotle on Responsibility for One Character and the Possibility Character Change, *Phronesis*, 19 (1974). Onde é tratada a questão da possibilidade de reforma de caráter através de passagens das *Categorias* (13<sup>a</sup> 23-31)

obra citada. Além disso, se recorre também a alguns comentadores, como, por exemplo, Susane Bobzien, assim como passagens de outras obras de Aristóteles como a *Física* e a *Ética a Eudemo*.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um modo geral o Livro III 1-5 trata das questões sobre os atos voluntários, involuntários e mistos, após ter investigado acerca da virtude moral no livro II. Como é de praxe nas obras de Aristóteles, ele deixa claro o tema que vai ser discutido, já no primeiro parágrafo:

Visto que a virtude se relaciona com paixões e ações e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e às vezes piedade, é talvez necessário a quem estuda a natureza da virtude distinguir o voluntário do involuntário.<sup>3</sup>

Aristóteles parte da concepção do senso comum para mostrar como as pessoas atribuem louvor e censura, portanto, é preciso estar cuidadoso pois há uma diferença entre a forma com que as pessoas conferem louvabilidade e censurabilidade a uma ou outra ação com relação a teoria proposta pelo próprio Estagirita.<sup>4</sup> A partir deste apontamento, mostraremos como o ato de louvar e censurar determinadas ações por si só não são suficientes para a atribuição de responsabilidade moral a estas ações louváveis e censuráveis, são necessárias outras características para que sejam conferidas a louvabilidade e a censurabilidade nestas ações.

Dentre as seis questões enumeradas na introdução, trataremos mais especificamente de que maneira para Bobzien, a intenção de Aristóteles é mostrar que louvor e censuras são justificados por serem nobres ou vis, em nossas ações ou nossas disposições virtuosas e viciosas, pois elas são voluntárias:

De fato, Aristóteles pretende elucidar todos os seis pontos citados. Preferimos expor uma versão do ponto 2, por motivos que serão expostos abaixo [...] A proposta primária da EN III 1-5 é explicar como os agentes são responsáveis por suas ações não apenas na medida em que são ações deste ou daquele tipo, mas também na medida em que elas são nobres ou vis: os agentes são responsáveis por suas ações enquanto nobres ou vis, pois, tipicamente pela escolha, as suas disposições de caráter são um fator causal daquelas ações. (BOBZIEN, 2014, p. 82)

Tomemos um exemplo tendo como pano de fundo a sociedade ateniense do período clássico: um atleta é louvado ao vencer uma competição esportiva devido às suas habilidades físicas, neste caso, estas habilidades não parecem estar relacionadas com alguma disposição virtuosa de caráter, está bem longe de ficar clara a conexão entre louvor e censura no exemplo citado com noções concernentes a responsabilidade moral.

A partir deste apontamento, fica claro que o ato de louvar e censurar determinadas ações por si só não são suficientes para a atribuição de responsabilidade moral a estas ações louváveis e censuráveis, são necessárias

<sup>3</sup> 1109b30

<sup>4</sup> Esta metodologia de partir do senso comum e das opiniões geralmente aceitas já está presente desde o início da obra no Livro I ao definir a felicidade.

outras características para que sejam conferidas a louvabilidade e a censurabilidade nestas ações.

O fato de louvar e censurar parece estar mais identificado às reações diante atitudes que nos agradam ou irritam, ou como uma tentativa de demonstrar aprovação e reprovação de uma determinada atitude, estimulando ou desestimulando-a para que esta não venha a se repetir. Quando falamos em *responsabilidade moral*, faz-se necessário algo mais, é preciso definir aqueles casos em que louvor e censura são sempre apropriados, e não em casos isolados e descontextualizados de noções como nobre, vergonhosos... etc. Ou seja, as ações não devem ser classificadas como vergonhosas pelo fato de as pessoas censurarem, mas deve-se encontrar algo nelas mesmas que as defina como vergonhosas.

Aristóteles insere então a noção de escolha buscando conectar ação voluntária, vícios e virtudes. A escolha torna-se o eixo para as discussões sobre responsabilidade moral, pois é o aspecto psicológico que caracteriza os apropriados assuntos e objetos de louvor e censura e que provê o caminho pelo qual os meios que ambas: racionalidade e as disposições morais de caráter podem manifestar na ação humana adulta. Ação para Aristóteles como se sabe, é entendida como atividade especificamente humana. Uma mudança, mas que ocorre somente no indivíduo adulto, não podendo se manifestar nas crianças e nos animais:

E também com os outros animais a ação sobre compulsão é simples (apenas como um objeto inanimado), por estes não terem o desejo e a razão opondo-se um ao outro, mas vivem pelo desejo: mas o homem tem ambos ao chegar em uma certa idade, para a qual nós atribuímos também o poder da ação; é por isso que nós não usamos esse termo para as crianças e nem para os brutos, mas apenas para os homens que agem pela razão.<sup>5</sup>

Por ação aqui tomamos não apenas em que o agente realiza algo, mas também quando deixa de realizar algo se retrai, como podemos ver explicitamente na física quando Aristóteles fornece o exemplo do piloto e de sua ausência como causa originária do naufrágio do navio:

Além disso, a mesma coisa é a causa de resultados contrários. Nos casos em que a presença resulta em algo, e sua ausência também resulta em algo que deve ser censurado devido à sua abstenção. Assim, nós atribuímos o naufrágio de um barco à ausência do piloto, cuja presença seria a causa da segurança deste barco.<sup>6</sup>

Aristóteles descreve aqui as condições para voluntariedade, pois como adiantado no primeiro parágrafo: é as ações voluntárias que se concede louvor e censura: Com ambos os critérios estabelecidos (origem no interior do agente e ausência de ignorância sobre as circunstâncias particulares), Aristóteles parece ter capturado a opinião do senso comum. E como ressalta Bobzien, neste aspecto, os critérios de um júri ao conferir perdão ou culpa a determinado réu parecem os mesmos, apesar de tantos avanços nos métodos psicológicos e técnicos<sup>7</sup>. Entretanto, no capítulo 1 do livro III apenas é exposto como as ações

<sup>5</sup> 1224a 28-30

<sup>6</sup> 195a 9-14

<sup>7</sup> (BOBZIEN, 2014, P. 87)

são louvadas ou censuradas, mas não é explicado o que acontece na alma do agente. Faz-se necessário uma explicação mais detalhada sobre Aristóteles então define o que acontece a alma dos seres humanos, pois virtudes são características dos seres humanos, visto que se relaciona às ações.

#### 4. CONCLUSÕES

É através da *escolha* que é desenhada a conexão entre ação voluntária, virtude e vício, escolha é definida para Aristóteles como o desejo deliberado sobre as coisas que estão do nosso poder, e esta escolha pode ser escolha de algo, ou escolha em vista de algo. A disposição de caráter define qual fim o agente desejará para que sua ação seja direcionada a este fim. O agente que construiu a partir do hábito uma disposição virtuosa de caráter tende a agir virtuosamente. A ética das virtudes vem ganhando espaço no debate filosófico atual, principalmente devido a certa deficiência nos modelos deontológico e utilitarista. Bobzien ressalta principalmente a questão da transitividade na forma como o *senso comum* atribui louvor e censura às ações.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_. "Eudemian Ethics". In.: **The Complete Works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, Ed. Barnes, J.). Vol. 1 and 2. Princeton: Princeton University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. "Physics" . In.: **The Complete Works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, Ed. Barnes, J.). Vol. 1 and 2. Princeton: Princeton University Press, 1984.

BOBZIEN, S. Choice and Moral Responsibility (NE III 1-5). In: POLANSKI, R. **The Cambridge Companion to Aristotle's Nicomachean Ethics**. New York: Cambridge University Press, 2014. Cap.5, p.81-109.

\_\_\_\_\_. **Determinism and Freedom in Stoic Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, Clarendon Press, 1998.

PLATO. **Complete Works**. Indianapolis: Cambridge, 1997.

PILOTTO, C. F. **Responsabilidade moral: uma abordagem acerca das origens do problema e seu desenvolvimento contemporâneo**. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Pelotas.